

REQUERIMENTO Nº , de 2013
(Do Senhor Deputado Romário)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados para debater o doping no esporte brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno, realização de Audiência Pública nesta Comissão com o objetivo de debater a atual situação do doping no esporte brasileiro. Para tal, convidamos as seguintes personalidades:

- **Marco Aurélio Klein** – diretor executivo da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD);
- **Eduardo Henrique De Rose** – professor especialista em doping e Diretor de Doping do Comitê Olímpico Brasileiro;
- **Franciso Radler de Aquino Neto** – químico e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- **Rebeca Gusmão** – nadadora.

JUSTIFICAÇÃO

Às vésperas de megaeventos esportivos no Brasil, ressurgem como ensinamento escolar a máxima de que “esporte é sinônimo de saúde” e, entre outros benefícios, a prática da atividade física regular “contribui para a formação do caráter dos jovens”.

Porém, ao passarmos para as disputas do alto rendimento e nos concentrarmos na beleza plástica das grandes competições e na emoção transmitida pelos atletas na busca de superação de marcas e tempos, observaremos que nem sempre são respeitados os princípios históricos da lisura da prática esportiva.

É bem verdade que nos jogos da antiguidade, atletas já usavam cogumelos para melhorar seus desempenhos, numa demonstração clara do interesse pela superação do homem sobre o homem. Ao longo dos anos, essa prática intensificou-se, evoluindo da droga natural para a sintética, promovendo a felicidade da indústria farmacêutica inescrupulosa, apoiada por poderoso apoio comercial de valorização de marcas e símbolos empresariais que, na prática, sustentam o bilionário mundo do esporte de rendimento.

Nesse processo, em que “o melhor e o mais forte” valem mais e suas imagens de vencedores são valorizadíssimas no esquema televisivo, a prática do doping também se intensificou. Recentes casos de brasileiros dopados chamam a atenção da mídia e do público em geral, mas essa prática não é nova, pois faz parte da história do esporte há milênios.

O mais novo atleta flagrado no exame antidoping é o jovem atacante Michael, do Fluminense, de apenas 20 anos, acusado de uso de cocaína. Pode-se até justificar que se

trata de uma prática de oscilação de comportamento próprio da juventude. Mas esse argumento não elimina a culpabilidade dos que praticam esporte profissional e, por isso, devem ser espelho de comportamento para os mais jovens.

Natação, atletismo, ciclismo e tantas outras modalidades no país já contribuíram para aumentar o lamentável registro de atletas dopados nos últimos anos. No entanto, quais providências tomou o governo brasileiro para enfrentar essa realidade limitadora de qualidade de vida e que mascara resultados de valorizadas competições?

As informações disponíveis demonstram que o Brasil, sede dos Jogos Olímpicos de 2016, está atrasado no processo de combate ao doping.

Criada em 30 de novembro de 2011, pelo Decreto 7.630 da presidenta Dilma Rousseff, a Agência Brasileira de Controle de Dopagem, conhecida pela sigla ABCD, demorou três anos para ser instalada. Mas qual é, efetivamente, sua missão? Qual o seu orçamento? Como ocorre sua integração com os demais órgãos do esporte, a partir do Comitê Olímpico Brasileiro?

Porém, recentemente o principal especialista brasileiro no assunto, o médico Eduardo de Rose, afirmou o seguinte:

“A preocupação da Agência Mundial Antidoping com o Brasil é, sobretudo, as dificuldades que enfrenta o Laboratório antidopagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o nosso laboratório credenciado, em seu espaço físico, na atualização dos equipamentos, no aperfeiçoamento de recursos humanos e, principalmente, com a legislação brasileira, que dificulta extremamente a aquisição de reagentes químicos e a importação de equipamentos, e também a passagem de urina e sangue para controle de doping por suas fronteiras. Na área de coleta de controles, deveremos melhorar, sobretudo no controle de doping sanguíneo, que não é tradição em nosso país.”

Diante dessa realidade e das constatações de doping nos nossos atletas, é preciso ouvir nossas autoridades para que não ocorra, também no controle de drogas, atrasos que observamos em outras frentes de preparação à Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos 2016. Afinal, temos um programa eficiente de educação de nossos atletas para que evitem a prática de doping?

Neste panorama, o Brasil esportivo está se preparando adequadamente para receber os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e aqui realizar as centenas de testes antidoping? Qual a real situação do laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

Para provocar a discussão sobre esse tema, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de maio de 2013.

**Deputado Romário
(PSB/RJ)**